

O que a história não diz não existiu: a lesbiandade* em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres**

PATRÍCIA LESSA***

RESUMO: Os registros de movimentos organizados de lésbicas são marcados pelos movimentos e estudos feministas sem, no entanto, esse encontro ser sempre amistoso: conflitos, debates, encontros e desencontros marcam essa aproximação. No artigo proposto faremos uma discussão da história das mulheres inserida nas discussões dos feminismos para problematizar a lesbiandade em interface com as mesmas .

PALAVRAS-CHAVE: estudos feministas, história das mulheres, lesbiandade.

Os registros da história não são, tanto, marcas do passado, quanto são discursos produzidos e produtores de verdades. E, como tal é um dentre muitos discursos a respeito do mundo. Naqueles registros que procuram tornar invisível a existência lesbiana, é possível identificar os traços que marcam a hierarquização sexuada da sociedade, está por sua vez, desconstruída pelas teorias feministas ao longo de seus embates e debates políticos e teóricos. Nessa perspectiva, proponho-me a discutir as interfaces entre Lesbiandade¹, Feminismos e História das Mulheres.

Para compreender as conexões e cruzamentos dos feminismos com a história das mulheres é necessário antes, pensarmos sobre a Epistemologia da História, ou seja, epistemologia compreendida como um campo e uma forma de produção do conhecimento, que estabelece uma determinada relação entre sujeito e objeto assim como uma representação do conhecimento como verdade (Rago, 2000). Traçado um caminho que se aproxima das discussões do campo da história não como uma construção já dada, um caminho pronto, mas como uma disciplina capaz de questionar seus próprios pressupostos, para enfim se auto-questionar, buscarei então pensá-la a partir das discussões da história das mulheres e dos estudos feministas.

E, por fim, voltamos as discussões da legitimidade desses estudos na aproximação com a lesbiandade, não no sentido de apropriar-se de sua totalidade, ou instituição de uma verdade sobre o tema, mas em busca de um debate em torno de suas aparições ou silenciamentos na historiografia.

Para Jenkins (2001) os sujeitos são sujeitos da história ou objetos da narrativa. O autor propõe-se a discutir as diferenças entre história e passado. A história é o ofício dos

historiadores e é um construto lingüístico intertextual. Para ele: “a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo, eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm; a história como discurso está, portanto, numa categoria diferente daquela sobre a qual se discursa: passado e história são coisas diferentes” (2001, p. 23-24).

Dentre as contribuições para este debate podemos apontar a crise de paradigmas modernos, como a crítica à neutralidade e objetividade da ciência, à universalidade do sujeito, a crença nas narrativas totalizadoras e a constituição dos saberes modernos com seus regimes de verdades. A obra de Foucault marca profundamente este debate. Para O’ Brien (2001), sua obra foi e é de difícil aceitação por parte dos historiadores, ela não pode ser caracterizada nem como marxista nem ligada à escola dos Annales.

Para O’ Brien (2001), na década de 70 inicia-se um processo de reconhecimento da obra foucaultiana. Sua obra passa a ser pensada e adequada ao programa da história social; surgem ao mesmo tempo críticas as suas desatenções à cronologia e a uma falta de ortodoxia. Esse autor formula seu próprio objeto como sendo o de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais em nossa cultura, os seres humanos são transformados em sujeitos” (O’ Brien, 2001, p. 45). Estuda a cultura através das tecnologias de poder e na história da civilização ocidental de Foucault encontra-se o princípio organizador do poder, que é, diferindo da perspectiva marxista, uma estratégia atribuível a funções (disposições, manobras táticas e técnicas), existe como uma rede infinitamente complexa de micropoderes, de relações de poder que permeiam todos os aspectos da vida social. E, nesta sua formulação o discurso ocupa lugar privilegiado em seus estudos.

A análise do discurso permite então, compreender que as palavras não contêm o mesmo sentido em locais e tempos diferentes. A incorporação de novos discursos no processo de produção do conhecimento gerou por um lado, a importância da linguagem e das representações sociais para a história cultural, onde não há uma anterioridade das relações sócio-econômicas em relação às culturais e por outro lado à história social, focalizando a importância dos discursos irá apontar a divisão sexual do trabalho como efeito do discurso.

A reviravolta no campo histórico, que ao abordar a temática dos excluídos e com o desenvolvimento da história cultural, preocupada com as identidades coletivas, criou as condições e contribuiu para o desenvolvimento da história das mulheres. Não uma história da mulher, no sentido universalizante, que impede de ver a diversidade (sexual, étnica, racial, religiosa, etc), mas uma história no plural, atenta as diferenças e marcada

pelos conflitos e debates feministas. A história está então, mais próxima de “uma prática discursiva que possibilita as mentalidades do presente irem ao passado para sondá-lo e reorganizá-lo de maneira adequada as suas necessidades” (Jenkins, 2001, p. 104). É justamente na sua compreensão de prática discursiva que as teóricas feministas irão ancorar seus debates em torno de uma história no feminino no final dos anos 80 e início dos anos 90.

A década de 80 é marcada por várias discussões em torno das relações entre os sexos. Perrot (Rago, 2000) perguntava-se sobre a possibilidade da história das mulheres problematizando o perigo da constituição de um novo sujeito universal: a mulher. Assim, interrogava-se sobre uma maneira própria das mulheres de “fazer, escrever a história” no feminino e respondia, que sim, porque existem interrogações próprias das mulheres e não, se considerarmos que o método, a busca de fontes ainda não rompia com um modelo tradicional.

Para Scott (1994), o projeto da história das mulheres aponta uma ambigüidade, pois, de um lado, ele é considerado um suplemento da história estabelecida (a história humana entendida como a história dos homens, feita pelos homens) e, por outro lado, é um deslocamento radical dessa história, enquanto aponta suas arestas e sua incompletude. Várias são as autoras que se empenham num esforço conjunto para dar continuidade aos estudos “da mulher” que, como nos apontaram Louro (1996) e Meyer (1996), deslocam-se para os estudos de Gênero², aqui entendido como um saber produzido pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas e trabalhado como uma categoria de análise que perpassa múltiplos territórios disciplinares. De Lauretis (1994), ao estudar a mulher no cinema, nomeia como “tecnologia sexual” esse campo produtor de subjetividades, e atenta a passagem das discussões de gênero, atreladas ao sexo biológico para as relações sociais que as engendram.

São justamente estes vários estudos que, segundo Louro (1996), são incorporados às discussões de gênero no Brasil, na década de 80. Em suas diversas opções teóricas, irão rastrear vestígios femininos através do levantamento de toda uma documentação até então desprezada, como por exemplo, cartas, vestuário, fotos, filmes etc, que serão privilegiados nas análises do Imaginário e das Representações Sociais.

Enquanto os primeiros estudos irão sugerir uma descrição das formas de opressão, sofridas pela mulher ao longo da história, depois, é no arcabouço do saber que se fará uma denúncia do sexismo e das relações de poder, implicadas nas teorias do conhecimento de forma geral e na ciência em particular (podemos tomar como exemplo a Teoria da Incapacidade Inata³, formulada no século XIX).

Assim como De Lauretis (1994), outras estudiosas irão discutir o ideário das essências nas “grandes narrativas históricas e filosóficas”. Estudos já tematizados, ainda que com ressalvas, pela histórica obra: “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir. Ao dizer que ninguém nasce mulher, mas torna-se, Beauvoir questiona o ideário da essência feminina, tão caro aos tratados científicos e filosóficos. Porém, sua posição quanto à homossexualidade feminina possui aspectos contraditórios que, nos dizeres de Navarro-Swain (1999), a respeito do capítulo dedicado ao lesbianismo: “o traço mais marcante desse texto poderia ser a referência maior e constante ao homem, às relações heterossexuais e sua ‘normalidade’ em suas reflexões sobre o lesbianismo” (1999, p. 114). O feminismo em Simone de Beauvoir estava, portanto, carregado de discursos calcados na normalidade e no moralismo heterossexista. Butler aborda essa questão na obra de Beauvoir e de Wittig (Benhabib & Cornell, 1987, p. 139-154).

Uma discussão comum às temáticas do feminismo e do lesbianismo é a produção de imagens sobre a mulher, que proliferam desde o século XIX e hoje, tanto para Perrot (1997) como para De Lauretis (1994), ainda continua sendo obra amplamente masculina. A multiplicação dessas imagens tem como um de seus efeitos o aumento da reprodução de normas e modelos, que Perrot (1997, p. 285) nomeia como “virtualidades dos jogos identitários”. Homem é homem, mulher é mulher, bicha é bicha, lésbica é “pasto para o olhar masculino” (Navarro-Swain, 2000a, p.74). As representações e as imagens das lésbicas feitas por homens recorrem muitas vezes ao *voyerismo* masculino. Berger (1982) denuncia a “promessa de felicidade” explícita nas imagens publicitárias, nas quais a mulher apresenta-se como “a imagem” e o homem como o portador do olhar (1982, p. 136), portanto, o consumidor daquela “coisa”, daquele objeto almejado. A mídia ainda trabalha em prol da coisificação da mulher.

O que tem sido escrito sobre as lesbianas? Onde suas falas aparecem? Nos estudos feministas? Na história das mulheres? Quem são as Lésbicas? Um silêncio profundo é a marca mais visível quando tentamos pensar nas questões propostas. Para Tânia Navarro-Swain, em seu livro: “O que é Lesbianismo” existem muitos sentidos expressos no silêncio da História. Com o título “O que a História não diz não Existiu”, a autora busca compreender os caminhos de fuga que tentaram apagar a existência das lesbianas, pois sua aparição pode representar uma contradição à ordem naturalizada da heterossexualidade dominada pelo masculino.

Ainda em outros espaços urbanos podemos ver este silêncio reaparecer com diferentes máscaras: nas práticas domesticadoras da educação; no massacre punitivo das religiões; nas pretensiosas provas da ciência positivista-racionalista, que mede os

humanos com os parâmetros dos ratos de laboratório; nas ousadas campanhas publicitárias que vendem modelos estéreis de vida. Ou seja, a homossexualidade feminina ou lesbiandade, como queiram, está sendo engendrada, seja através dos silêncios ou das idéias e práticas que buscam engessá-la em modelos mais atraentes ou quem sabe mais vendáveis.

O silenciamento das vozes sociais não é o simples apagamento dos seus personagens, mas o silêncio marca uma existência abjeta, indesejável, por isso quando se proíbem certas palavras de circularem proibem-se junto a elas certos sentidos. Orlandi (1993, p. 75) fala de três tipos de silêncio: 1) fundador; 2) silenciamento: política dos sentidos e 3) silêncio e vozes sociais. Para o primeiro a relação entre o dito e o não-dito pode ser contextualizada sócio-historicamente em relação ao poder dizer. Para a política do silêncio existe um recorte entre o que se diz e o que não se diz. O silêncio busca o apagamento de outros sentidos, porém não se pode ficar fora dos sentidos tanto quanto não se pode ficar fora da história.

É impressionante o abismo de silêncio que caiu sobre o processo clerical da Abadessa Benedetta, conforme nos relata Judith Brown (1987), em seu livro *Atos Impuros*. Um longo processo envolveu essa mulher e nada se falou sobre seu envolvimento com Bartolomea, que somente pôde ser lido através das palavras que não puderam ficar registradas. É nas entrelinhas e nos sentidos do silêncio que a lesbiandade vem sendo tematizada em diferentes disciplinas. E, se hoje podemos cogitar nesse debate no campo da História, é, também, em função de sua inserção na história das mulheres e dos movimentos geradores dessa problemática.

O Feminismo como marco epistemológico e político possibilitou-nos pensar na organização sexuada e hierárquica da sociedade. Sociedade polarizada em opostos como a verdade e o erro, a lucidez e a loucura, a beleza e a feiúra, o macho e a fêmea. Essa organização binária do social toma um pólo como parâmetro para pensar seu “oposto”. “A mulher” pensada como oposto complementar ao homem foi marcada com o selo do natural, da passividade, da sensibilidade, da fragilidade (Navarro-Swain, 2000b).

Daí os Feminismos pensarem a “heterossexualidade compulsória” como uma regra universalizante que determina os papéis sexuais e o local que cada um deverá ocupar nas sociedades. Com o par binário - o homem e a mulher -, imprimem-se os papéis de verdadeiro homem e verdadeira mulher e assim a tolerância às práticas sexuais diversas ficam na dependência do grau de hegemonia da heterossexualidade. A assimetria nas relações é também histórica. Ou será que todas as sociedades, tempos e culturas imaginaram as mulheres como frágeis e dóceis criaturas? Será que a própria

maternidade sempre foi vista como um dom natural que eleva a mulher ao estatuto de verdadeira mulher? (Navarro-Swain, 2000a).

Os Feminismos, no plural, pois, não se trata de um movimento ou uma teoria unívoca, procuram ao longo do seu percurso demonstrar a historicidade da relação binária. Demonstraram a necessidade da desnaturalização dos corpos, não mais entendidos como dados biológicos imutáveis, mas como marcados pela história e por sentidos que o social lhes imprime. O corpo como uma construção social é então mutável, maleável e embora a mercê do disciplinamento, da docilização, da domesticação, do assujeitamento, é um corpo que pode resistir, não como uma ou outra forma absoluta. É domesticado ou é revolucionário? Não! O que os Feminismos propõem, hoje, é uma mudança radical nestes absolutismos, nesta visão naturalizada e fixa de ler o ser humano. Não para a exclusão do “ou...ou”, mas uma abertura para o “e”. Por isso, feministas contemporâneas como, por exemplo, Judith Butler (1999), questionam a identidade fixa e propõe a leitura da multiplicidade identitária.

Já desde os anos 70, autoras como Monique Wittig e Adrienne Rich falavam das lésbicas como uma identidade política, como uma estratégia que quebra o binarismo do social, pois que existe uma impossibilidade material dessa polaridade se pensarmos que é uma relação onde o “homem”, pólo superior da relação heterossexista, não está presente. É justamente a ausência do masculino na relação entre mulheres a causa de sua recusa ou mesmo deturpação ao longo da história. Por isso, a experiência lésbica é um dos solos onde a heterossexualidade compulsória não poderá manter-se em pé.

Os Feminismos tanto em suas ações como nas suas teorias vieram sacudir as evidências dos modelos totalitários de seres humanos e por isso questionam e apontam os perigos de um modelo, pois mesmo as homossexualidades correm o risco de padronizarem comportamentos através da apologia do verdadeiro gay, da verdadeira lésbica, do verdadeiro travesti, do verdadeiro transexual. Se nós, lésbicas, formos pensar o que nos une nesta categoria, será que chegaremos a um lugar comum? Somos muitas. Somos brancas, negras, amarelas, jovens, idosas, trabalhadoras, desempregadas, apaixonadas, somos tantas quantas são as possibilidades de ser... o que nos une então? Podemos dizer que é da ordem do político, pois a invisibilidade causa profundos danos aos personagens sociais. Danos e problemas de toda ordem: jurídicos, de atendimento médico, de auto-estima, de exclusão e abandono.

As políticas afirmativas para as lésbicas estão aí, é necessário o enfrentamento ao puritanismo da moral que insiste em negar o que já existe. As lésbicas existem, esse é o ponto de partida que deve sempre ser lembrado, pois não basta existir, mas criar as

condições para sua inserção social. Um bom caminho? Que suas vozes possam ecoar em diferentes campos do saber e ao sabor da irreverência mostrar sua pluralidade no social bem como suas lutas nos campos do desejo e da política.

Deixo então, as últimas palavras para Monique Wittig, em seu texto dedicado às lésbicas norte-americanas, lido em 1978 em New York na Convenção da Associação de Linguagem Moderna:

(...) Esta dimensão da história pertence-nos, já que de algum modo fomos designadas e uma vez que, como disse Levi-Strauss, falamos, vamos dizer que quebramos o contrato heterossexual. Portanto, isto é o que dizem as lésbicas neste país e nalguns outros, se não com teorias então pelo menos através da sua prática social, cujas repercussões na cultura e sociedade hetero são ainda incalculáveis. Um antropólogo poderá dizer que teremos que esperar 50 anos. Sim, se se quiser universalizar o funcionamento destas sociedades e fazer com que apareçam suas invariantes. Entretanto os conceitos hetero estão minados. O que é a mulher? Pânico, alarme geral para a defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois 'mulher' tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres. (1980, p.52-53).

NOTAS

* A frase foi retirada do subtítulo do capítulo: "A política do esquecimento: indícios e interpretações", do livro *O que é lesbianismo*, escrito por Tânia Navarro-Swain e publicado em 2000 pela editora Brasiliense.

** Esse artigo é fruto de um trabalho apresentado à professora Dr^a Diva do Couto Gontijo Muniz, como requisito parcial para avaliação na disciplina História das Mulheres e de Gênero.

*** Patrícia Lessa é doutoranda no programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, na área de concentração em Estudos Feministas e de Gênero. Sob orientação da professora Dr^a Tânia Navarro-Swain realiza pesquisa referente a construção dos corpos lesbianos nos movimentos sociais do Brasil, entre os anos 70 e a atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BERGER, Jonh. (et al.) *Modos de ver*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BROWN, Judith. *Atos Impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*. São Paulo: brasiliense, 1987.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1999.

- _____. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. IN: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Tendências e impasses: o feminino como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GOULD, Stephen. Jay. Os cérebros das mulheres. _____. *O Polegar do panda: reflexões sobre a história natural*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HUBBARD, Ruth. Algumas idéias sobre a masculinidade nas ciências naturais. In: GERGEN, M. Mc. C. (org.). *O Pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: EDUNB, 1993.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: contexto, 2001.
- LOURO, Guacira. Lopes. Nas Redes do Conceito de Gênero. In: LOPES, M. J. M. (org.). *Gênero & saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MEYER, Dagmar. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. IN: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.; WALDOW, V. R. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: artes Médicas, 1996.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e Lesbianismo: a identidade em questão. In: *Cadernos Pagu: Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX*. Campinas: ed. UNICAMP, n. 12, p. 109-120, 1999.
- _____. Feminismo e Lesbianismo: quais desafios? IN: Labrys, estudos feministas. n. 1-2, jul-dez, 2002. <Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem>. Acesso em: ago., 2002a.
- _____. A Invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. IN: _____. *Textos de História: Feminismos, teorias e perspectivas*. Revista do PPGHIS. v. 8, n. 1-2, Brasília: Edunb, 2000b.
- _____. As Teorias da Carne: corpos sexuados, identidades nômades. IN: Labrys, estudos feministas. n. 1-2, jul-dez. 2002. <Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem>. Acesso em ago., 2002b.
- _____. *O que é Lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000a.
- O' BRIEN, Patrícia. A História da cultura de Michel Foucault. HUNT, Lynn. *A Nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed., Campinas: ed. UNICAMP, 1993.
- PERROT, Michelle. *As mulheres e as suas imagens: ou o olhar das mulheres*. Trad. Ivana Simile. IN: *Pós -História*. Assis, v. 5, p. 283-287, 1997.
- _____. De Marianne à Lulu: as imagens da mulher. IN: SANT'ANNA, D. B. *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinidade*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2000. p. 21-41.
- RICH, Adrienne. *La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne*. *Nouvelles Question Féministes*. n. 1, Paris: Tierce, mar. 1981. p. 15-43.
- SCOTT, Joahn. História das Mulheres. IN: BURKE, P. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: ed. da UNESP, 1992.
- _____. *Prefácio a Gender And Politics Of History*. In: *Cadernos Pagú*, Campinas: ed. UNICAMP, n. 3, p.11-27, 1994.
- WITTIG, Monique. *La pensée straight*. *Questions feminists*. n. 7, Paris: Tierce, fev. 1980.